

Dimensões da avaliação política do eleitorado numa análise fatorial

Plínio A. Dentzien

Departamento de Sociologia – IFCH – UNICAMP

Resumo

Este artigo analisa a estrutura de um conjunto de avaliação sobre políticos brasileiros importantes no período entre 1930 e 1978. Os dados são extraídos de survey realizado em 1978 na cidade de Campinas, SP.

Palavras-chave: informação política, avaliação, oposicionismo, liberalismo, autoritarismo

Abstract

This article analyses the structure of a set of evaluations about Brazilian important politicians between 1930 and 1978. The data come from a survey conducted in 1978 in the city of Campinas, São Paulo.

Key words: political information, evaluation, oposicionism, liberalism, authoritarianism

Uma versão diferente deste trabalho foi apresentada ao Grupo de Trabalho sobre Métodos e Técnicas em Ciências Sociais, no VI Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais – ANPOCS – realizada em Friburgo (RJ) entre 20 e 22 de outubro de 1982. Se publico esta versão tantos anos depois é porque os dados, métodos e argumentos ainda me interessam.

Em primeiro lugar, interessa-me a similaridade entre o espaço de avaliação do eleitorado como um todo e as interpretações dos analistas políticos mais informados. O argumento sugere que a incapacidade político-ideológica do eleitorado popular pode ser um mero artefato de questões mal formuladas, ou formuladas de um modo excessivamente direto e, talvez por isso mesmo, ingênuo.

Daí por que, em segundo lugar, interessa-me a pergunta indireta e metodologicamente informada que constitui o centro do trabalho. Indireta porque busca a estrutura de um espaço complexo de avaliação em termos de gostar/não gostar de determinados líderes políticos conhecidos; metodologicamente informada porque tinha em vista o estudo das várias dimensões constitutivas desse espaço através de análise fatorial.

O problema

Em 1978, ano a que os dados apresentados se referem, o quadro das clivagens na história política do Brasil contrapunha como termos principais, os vitoriosos de 1964 aos nacional-reformistas¹. Entre os primeiros, outras clivagens menores eram apontadas, como entre “castelistas” ou liberais e “duros”; a “sorbonne” e a “tropa”, ou civis e militares. Entre os nacional-reformistas, as figuras de Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek eram encaradas, tanto acadêmica como politicamente (e, neste caso, por opositores e seguidores igualmente), como categoria(s) em separado.

¹ Fiquei tentado a utilizar no texto o termo “populismo” em seu sentido usual, pouco determinado, generalizado na ciência política brasileira para descrever o status quo político do Brasil entre 1945 e 1964 – para alguns inaugurado pela revolução de 1930. Criticando a excessiva simplicidade das primeiras formulações do conceito, que o tornavam um mero equivalente de “demagogia” e de “manipulação das massas”, Weffort apontou em diversos trabalhos para a dupla natureza do fenômeno: se, de um lado, o populismo serviu para garantir um certo controle sobre as massas, de outro, foi um canal para sua emergência. Ver Weffort (1965; 1966; 1978). Apesar da importância de sua contribuição, Weffort não distinguiu, a nível de líderes políticos, no âmbito do populismo. Guita Grin Debert analisou discursos de quatro líderes populistas – Ademar de Barros, Carlos Lacerda, Miguel Arraes e Leonel Brizola – e mostrou as diferenças entre eles. Debert (1979).

Algumas oposições pós-64, primeiro o MDB e, mais tarde, PMDB, PP e PDT, enfatizavam à época com variações de momento, a herança nacional-reformista, principalmente a getulista, e os bons tempos democráticos de Juscelino.

Era freqüente – e não inteiramente descabida – a interpretação segundo a qual o movimento de 1964 só não tinha acontecido dez anos antes por causa do suicídio de Getúlio e que, por isso mesmo, teria apresentado uma vitória do udenismo mais anti-getulista, depois da fracassada tentativa com Jânio Quadros. O que essa interpretação tendia a subestimar era a continuidade entre 1964 e 1930, talvez por esquecer o papel que muitos dos generais vitoriosos em 1964 desempenharam quando tenentes, em 1930 – e que só se moveram contra o governo Goulart no último momento. A origem do silêncio governamental em torno de Getúlio Vargas provavelmente residia nesse conjunto de relações, e suas pistas podem ser encontradas folheando as seções fotográficas das memórias publicadas sobre 1930.

Este trabalho não busca as origens da questão, mas seu reflexo na consciência social. Tomando como base uma amostra do eleitorado de Campinas, no estado São Paulo, imediatamente antes das eleições parlamentares de 1978², procura analisar a estrutura de um conjunto de avaliações sobre vinte e dois líderes políticos importantes do período 1930-1978. Essas avaliações foram pedidas de acordo com a seguinte formulação literal:

*“Agora eu vou ler para o(a) Sr(a) os nomes de alguns políticos brasileiros e gostaria que o(a) Sr(a) lhes desse uma nota de zero a dez, onde, quanto mais alta a nota, melhor o(a) Sr(a) acha que foi a atuação desse político. Que nota o(a) Sr(a) daria a... (enumerando, pausadamente).
...Getúlio Vargas... Juscelino Kubitschek... Jânio Quadros... João*

² A pesquisa consiste em uma enquete por amostragem da população adulta de Campinas, realizada entre os dias 21 de outubro e 16 de novembro de 1978. Foi realizada por um grupo de trinta (30) estudantes do curso de graduação em Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP, sob minha coordenação. Os estudantes participaram, em graus variados conforme a tarefa, de todas as fases do levantamento, desde a decisão de realizá-lo até a codificação das respostas, passando pelo planejamento, elaboração e redação do questionário, levantamento e seleção da amostra, realização das entrevistas e elaboração do Livro de Códigos. O questionário continha 92 perguntas, 80 fechadas e 12 abertas, referidas a: a) posição na estrutura social; b) participação social e política; c) preferência partidária; d) voto; e) informação política; f) auto-identificação com classe; g) atitudes e opiniões políticas e h) avaliação de líderes políticos. A amostra foi estratificada, em três estágios. O primeiro estágio consistiu num conjunto de trinta (30) Unidades Primárias de Amostragem (UPAs) – quadrantes de um mapa geral das ligações elétricas de Campinas, levantamento de 1978 da Companhia Paulista de Força e Luz – selecionadas proporcionalmente a estratos previamente definidos. O segundo estágio consistiu numa amostragem sistemática, após início aleatório, do conjunto de domicílios que faziam parte de cada uma das UPAs. O terceiro consistiu na aplicação do modelo de Marques e Berquó (1975) para seleção do entrevistado dentro do domicílio. Foram realizadas 437 entrevistas válidas.

*Goulart... Castelo Branco... Costa e Silva... Garrastazu Médici... Ernesto Geisel... Ademar de Barros... Carvalho Pinto... Laudo Natel... Paulo Egídio... Almino Afonso... Leonel Brizola... Miguel Arraes... Carlos Lacerda... Magalhães Pinto... João Batista Figueiredo... Euler Monteiro... Orestes Quércia... Francisco Amaral... Lauro Péricles Gonçalves*³.

Partindo das considerações iniciais sobre o corte de 1964, foi possível montar um quadro geral das diferenças ou oposições entre esses vinte e dois líderes políticos. Para maior clareza na exposição, essas diferenças são apresentadas esquematicamente, por nível do mais alto cargo político ocupado, na Tabela 1.

A complexidade do quadro aumenta à medida que o olhar se afasta de seu ângulo superior esquerdo. Vargas, Kubitschek e Goulart são os representantes máximos da aliança PSD-PTB, que dominou a política do país pelo menos de 1950 a 1964, excetuando o curto período presidencial de Jânio Quadros. Já entre os presidentes militares, certas distinções, embora sutis, permitiriam talvez opor os pares Castelo Branco/Ernesto Geisel e Costa e Silva/Médici. Jânio Quadros é inclassificável.

Tabela 1
Quadro geral das diferenças políticas entre os 22 líderes incluídos na pesquisa, por nível do mais alto cargo político ocupado

Nível	Nacional-Reformistas	Pós-64	Outros
Presidência	Getúlio Vargas Juscelino Kubitschek João Goulart	<i>Costa e Silva</i> <i>Garrastazu Médici</i> Castelo Branco Ernesto Geisel	Jânio Quadros
Governador de São Paulo		<i>Carvalho Pinto</i> Laudo Natel Ademar de Barros Paulo Egídio	(Jânio Quadros)
Prefeito de Campinas			<i>Orestes Quércia</i> <i>Francisco Amaral</i> Lauro P. Gonçalves
Outros	Almino Afonso Leonel Brizola Miguel Arraes	<i>Carlos Lacerda</i> <i>Magalhães Pinto</i> João B. Figueiredo	Euler B. Monteiro

³ Os nomes dos vinte e dois líderes constituem uma boa amostragem dos políticos de expressão no Brasil – e na Campinas – da época. Que alguns deles tenham deixado o palco principal (alguns por morte, outros pela vida) em absoluto desautoriza sua inclusão. Outros, como o deputado Ulysses Guimarães, ainda não tinham a notoriedade que vieram a ter mais tarde.

O fato de que a célula correspondente ao nível do governo de São Paulo na categoria “nacional-reformista” fique vazia é em si mesmo problemático, sugerindo um descompasso entre as análises da política brasileira e a política paulista⁴. As diferenças internas ao grupo de governadores pró-64 são grandes: apesar de não ser difícil agrupar Ademar de Barros e Laudo Natel, não há como aproximar as atuações políticas de Carvalho Pinto e Paulo Egídio.

Problema de tipo semelhante ocorre para o nível relativo ao prefeito de Campinas, acrescido da não inclusão dos prefeitos anteriores, isto é, correspondentes ao antigo sistema partidário. Orestes Quércia e Francisco Amaral, eleitos pelo MDB, são, em todo caso, diferentes de Lauro P. Gonçalves que, também eleito pelo MDB passou para a Arena por ocasião das eleições municipais de 1976.

A última linha do quadro apresenta talvez o contraste mais claro, mas sua coluna central inclui uma oposição civil-militar. Lacerda/Magalhães Pinto *versus* General João B. Figueiredo.

O que esta breve descrição parece evidenciar é o caráter embrionário da formulação da questão nas ciências sociais. Os padrões de avaliação política do eleitorado campineiro podem, até certo ponto, contribuir para seu esclarecimento. É preciso não esquecer, porém, que as diferenças entre esses padrões e o modelo acadêmico representado na Tabela 1 certamente envolvem um grande diferencial de informação política.

A noção da estrutura do espaço em que ocorrem essas avaliações requer a análise das inter-relações entre as avaliações tomadas duas a duas. Qualquer análise qualitativa ou semi-qualitativa fica, desde logo, prejudicada, uma vez que suporia a consideração simultânea de duzentas e vinte tabelas⁵. Optei, portanto, por uma análise fatorial⁶ desse conjunto de avaliações. Na hipótese de extrema

⁴ Ver a discussão da questão em Schwartzman (1975).

⁵ Trata-se do número de combinações possíveis de 22 elementos tomados 2 a 2.

⁶ Tentarei expor cada passo da análise de modo que o leitor não familiarizado com a técnica possa compreender o argumento. A análise fatorial é uma técnica de análise multivariada que, partindo de uma matriz de correlações de ordem zero (coeficientes de Pearson) gera, num primeiro momento, uma matriz dos fatores subjacentes a essas correlações (que as “explicam” parcialmente) e, num segundo momento, o conjunto dos *scores* das unidades originais nos fatores. Os fatores podem ser considerados como super-variáveis, constituindo alguma coisa próxima da idéia de “médias” (ou campos de força) das variáveis num espaço multidimensional. A pertinência de uma variável a um ou outro fator é dada por suas projeções – *loadings* – em cada um dos fatores. Neste trabalho, nos limitaremos ao primeiro momento da análise, o da interpretação dos fatores encontrados. Ver Harman (1960). Essa limitação ao aspecto por assim dizer qualitativo da análise contribui também para minimizar o problema posto pelo nível de medida das variáveis. A análise fatorial supõe a cardinalidade dos valores das variáveis e isso só pode ser aproximado pelo sistema de notas utilizado nas avaliações. Em outras palavras, não está de acordo com a melhor ortodoxia realizar certas operações aritméticas quando não se pode afirmar que os intervalos entre 2 e 3 e 3 e 4, por exemplo, são iguais entre si.

polarização política entre os líderes nacional-reformistas e os militares, e da inexistência de qualquer outra clivagem política relevante, o resultado da análise fatorial mostraria: 1) um fator muito importante (no sentido de proporção da variância que “explicaria”), com os políticos vistos como pertencentes aos dois diferentes grupos em pólos opostos, indicados pelo sinal algébrico de sua 'projeção' no fator e 2) um ou mais fatores “ruído”, isto é, pouco importantes (no mesmo sentido referido acima) e não interpretáveis. Essa solução estaria a indicar que, no eleitorado como um todo, aqueles que dessem notas altas aos políticos de um dos grupos, tenderiam a dar notas baixas aos do outro e vice-versa.

Essa hipótese é possivelmente insuficiente, uma vez que supõe uma só lógica de todo o eleitorado. A estratégia de análise então consistirá em encontrar um modelo multidimensional interpretável e analisar esse modelo à luz de critérios que possam separar os grupos de eleitores que utilizam lógicas diferentes. Fatores como idade, escolaridade, renda, nível de informação e preferência partidária podem servir como delimitadores dessas lógicas.

As seções seguintes descrevem os dados, apresentam os resultados da análise fatorial para o conjunto da amostra e segundo cortes significativos, e ainda, as conclusões.

Os dados

A Tabela 2 apresenta as médias das notas obtidas pelos vinte e dois políticos incluídos no questionário na avaliação feita pelo eleitorado de Campinas. Para melhor visualização, elas são apresentadas por média decrescente, são também incluídas as proporções da amostra que atribuíram a cada político notas zero (0), cinco (5) ou dez (10). São apresentadas também as proporções dos que declararam não conhecimento, ou simplesmente deixaram de responder.

Excetuados Quadros e Goulart, todos os outros presidentes obtiveram médias superiores a seis, sendo que as quatro médias mais altas correspondem, pela ordem, a Vargas, Kubitschek, Geisel e Médici. Isso sugere que uma dimensão importante da avaliação pode ser o nível do cargo mais alto ocupado.

Ainda em relação às médias, é interessante notar que as mais baixas – abaixo de cinco – correspondem, em ordem crescente, a Brizola, Goulart e Arraes, justamente aqueles políticos que nos quatorze anos que antecederam às eleições de 1978 foram proscritos e mais duramente criticados através da imprensa.

O grupo de políticos que recebeu médias entre seis e sete é o maior de todos, incluindo ex-presidentes (Castelo Branco e Costa e Silva), ex-governadores (com exceção de Ademar de Barros) e todos os que ocuparam a prefeitura de Campinas.

O fator conhecimento, como seria previsível, praticamente excluía aqueles políticos que, na Tabela 1 foram qualificados como “outros”, isto é, que não foram presidentes, governadores e prefeitos, estando, portanto, mais distantes do eleitorado local em 1978. Os mais conhecidos eram, pela ordem, Francisco Amaral (prefeito na época da pesquisa), Geisel (presidente) e Quércia (senador e ex-prefeito). Os dados relativos aos “exilados” – Almino, Brizola e Arraes – mostravam dramaticamente a mudança na composição do eleitorado e seriam para qualificar um certo triunfalismo provocado à época em torno de sua volta ao cenário político, pelo menos relativamente a São Paulo.

Tabela 2
Avaliação dos políticos pela amostra

Políticos	Média	Zero	Cinco	Dez	NS/ NR
	(%)	(%)	(%)	(%)	(%)
G. Varas	8,2	2,8	9,9	51,5	18,8
J. Kubitschek	7,9	2,7	8,1	39,0	14,9
E. Geisel	7,3	4,5	11,4	33,5	7,8
G. Médici	7,2	4,7	11,4	32,2	11,9
C. Branco	6,7	8,6	14,5	26,0	14,6
L. Natel	6,6	3,4	16,6	22,0	18,8
P. Egidio	6,6	3,6	15,3	18,1	16,5
C. Pinto	6,5	4,4	16,6	20,4	22,7
C. e Silva	6,4	4,1	15,6	15,6	22,4
J. B. Figueiredo	6,3	12,3	15,9	28,2	36,6
O. Quércia	6,3	10,8	10,8	28,5	9,2
F. Amaral	6,2	7,6	21,2	20,7	6,2
L. P. Gonçalves	6,0	11,3	14,0	21,1	13,3
J. Quadros	5,9	12,1	18,2	19,9	20,6
E. B. Monteiro	5,9	4,2	23,0	12,6	56,3
A. de Barros	5,8	11,0	20,3	15,5	23,3
M. Pinto	5,8	5,0	22,1	11,7	31,8
C. Lacerda	5,3	14,1	18,4	10,2	41,4
A. Afonso	5,2	3,9	23,4	5,2	82,4
M. Arraes	4,5	24,0	15,4	10,6	76,2
J. Goulart	4,4	21,8	22,4	7,7	28,6
L. Brizola	3,5	31,3	18,7	4,2	62,0

Número Total 437 casos

Dimensões de avaliação do eleitorado

Foram analisadas soluções que resultaram em duas, três, quatro e cinco dimensões. As duas primeiras foram deixadas de lado porque, compreendidas na terceira, deixavam de incluir, no entanto, muitos dos políticos. A última não foi considerada porque seu “ganho” relativamente à anterior se resumiu na geração de um fator não interpretável⁷. A solução tetra-dimensional deixa de incluir quatro políticos e seus resultados são apresentados na Tabela 3, a seguir. Para facilitar a leitura, as projeções consideradas como indicativas de pertinência a alguma dimensão foram sublinhadas; um asterisco indica “pertinência fraca”.

A similaridade entre o quadro geral apresentado na Tabela 1 e a solução tetra-dimensional da Tabela 3 é grande. O Fator I da Tabela 3 corresponde aproximadamente à coluna Pró-64 da Tabela 1. As exceções são: 1) a “dupla pertinência” de Castelo Branco e Laudo Natel; 2) a localização de Carvalho Pinto, Lacerda e Magalhães Pinto no mesmo Fator que constitui o “duplo” de Castelo e Laudo; 3) a “pertinência” de Ademar de Barros ao Fator IV; 4) a inclusão de Lauro Péricles. Esta última se explica pela “virada-de-casaca” do ex-prefeito de Campinas. As outras, excetuada a questão relativa a Ademar, constituem o Fator III, uma espécie de dimensão “liberal-udenista-civilista”, pré-existente a 1964 e depois retomada, com a cassação de Lacerda e a sucessão de Castelo Branco. O episódio da “Frente Ampla” parece não ter influenciado as avaliações, dado que as projeções de Goulart e Kubitschek no Fator I são fracas.

O Fator II da Tabela 3 é semelhante à coluna “nacional-reformistas” da Tabela 1, exceto pela não pertinência de Vargas e Kubitschek a qualquer dos fatores, e pela “dupla pertinência” de Almino Afonso. As duas primeiras serão discutidas adiante. A última provavelmente revela a desinformação aparente na Tabela 2, relativa ao ex-ministro do Trabalho.

Finalmente, o Fator IV é um Fator de relevância local ou regional, incluindo o ex-governador Ademar de Barros, o então senador e ex-prefeito Orestes Quércia, e o então prefeito Francisco Amaral – todos políticos aos quais, de uma ou outra maneira, poderia ser aplicado o rótulo de “populista”, o que os distingue dos políticos paulistas incluídos nos Fatores I e III.

⁷ Dados relativos às soluções não apresentadas deixam de ser incluídos por excessivos e redundantes. Em nenhuma das soluções a estrutura do espaço de avaliação se altera. A solução bi-dimensional gera fatores quase idênticos aos fatores I e II da Tabela 3 e deixa de incluir oito políticos. A tridimensional gera fatores muito semelhantes aos fatores I, II e IV da Tabela 3 e deixa de incluir seis políticos. A solução com cinco dimensões gera fatores quase idênticos aos quatro da Tabela 3, mais um fator de “ruído”, que inclui Jânio Quadros, Almino Afonso e Euler Bentes. Esse quinto fator parece representar, de fato, a avaliação de Quadros mais os erros devidos ao pouco conhecimento sobre os outros dois. A proporção da variância total explicada pela solução tetra dimensional é 54,1%, assim distribuídos: Fator I, 29,0%, Fator II, 11,8%, Fator III, 7,0% e Fator IV, 6,4%.

Tabela 3
Solução tetra-dimensional. Matriz de fatores rotada⁸

Políticos	Fatores				Não Incluídos	Total
	I	II	III	IV		
G. Vargas	0,37	0,24	-0,12	0,14	*	
J. Kubitschek	0,33	0,23	0,21	-0,01	*	
J. Quadros	0,18	0,36	0,01	0,04	*	
J. Goulart	-0,01	0,57	0,09	0,32		
C. Branco	*0,49	-0,07	*0,41	-0,20		
C. e Silva	0,67	0,09	0,22	0,06		
G. Médici	0,63	0,08	0,12	0,11		
E. Geisel	0,66	0,01	0,03	0,17		
A. de Barros	0,26	0,16	0,28	*0,40		
C. Pinto	0,39	0,02	*0,44	0,10		
L. Natel	*0,46	0,11	*0,42	0,30		
P. Egidio	0,67	0,18	0,12	0,28		
L. Brizola	-0,10	0,82	0,12	0,25		
M. Arraes	-0,03	0,73	0,19	0,11		
A. Afonso	*0,46	0,82	0,11	-0,31		
C. Lacerda	-0,03	0,20	0,69	0,05		
M. Pinto	0,27	0,23	0,52	0,23		
J. Figueiredo	0,67	-0,09	0,06	0,38		
E. Bentes	0,21	0,32	0,16	0,21	*	
O. Quércia	0,20	0,20	0,02	0,68		
F. Amaral	0,29	0,13	0,12	*0,41		
L. Péricles	*0,45	0,25	0,19	0,20		
Variância explicada	29,0%	11,8%	7,0%	6,4%		54,1%

Não participam de qualquer dos Fatores em nenhuma das análises realizadas, Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek. Jânio Quadros e Euler Bentes Monteiro participam apenas de um fator de “ruído” na solução de cinco fatores referida na nota 7. Quanto ao último, isso provavelmente decorre do quase total desconhecimento do eleitorado a seu respeito. Quanto aos outros, o questionário não continha perguntas que permitissem o aprofundamento da questão. Não deixa de ser interessante, porém, enfatizar que se trata dos três presidentes civis eleitos pelo voto direto.

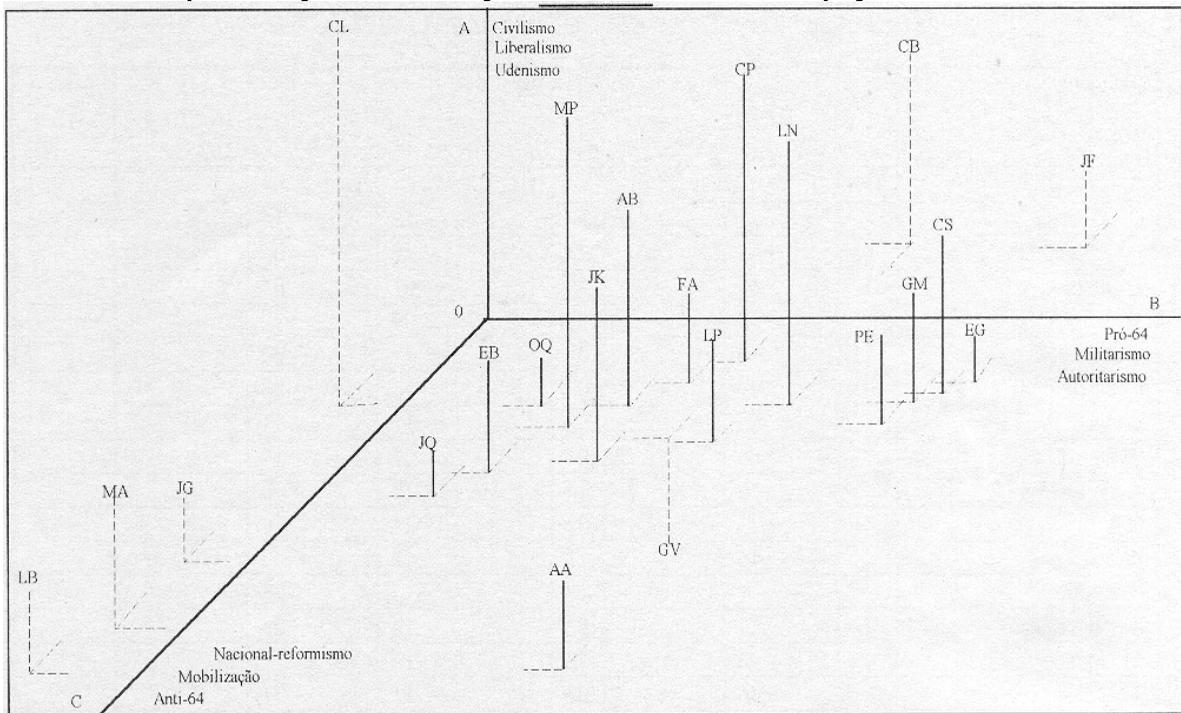
⁸ A “rotação” é um recurso técnico utilizado em análise fatorial para tomar mais distintos os padrões encontrados. Equivale a girar os eixos em torno da origem, de modo que cada variável tenha sua projeção maximizada em um dos fatores e minimizada nos demais, sem que a configuração de pontos seja alterada. Utilizei no caso, uma rotação ortogonal (que mantém a independência – ângulo de 90 graus – entre os fatores) a fim de simplificar a apresentação gráfica que aparece na Figura 1.

A solução sugere que o eleitorado como um todo avalia esses quatro conjuntos de políticos segundo critérios diferentes e, até certo ponto, independentes entre si. Ela não é um artefato das “notas” dadas (pois os políticos de médias mais altas não participam de qualquer dos Fatores, juntamente com Jânio Quadros, cuja média está abaixo da média geral), nem do relativo grau de desconhecimento dos políticos (uma vez que Goulart, que participa do fator que agrupa os políticos menos conhecidos, é bem conhecido do eleitorado de Campinas, como indica a Tabela 2).

Uma representação geométrica parcial da solução apresentada na Tabela 3 pode ajudar a visualizar melhor a análise sugerida acima, dando lugar a uma interpretação ligeiramente diferente, como veremos.

A Figura 1, representa, em duas dimensões, as posições dos políticos na avaliação do eleitorado de Campinas, num espaço tridimensional definido pelos Fatores I (OB), II (OC) e III (OA). Dada a impossibilidade de representar quatro dimensões geometricamente em apenas duas, o Fator IV foi deixado de lado. Deve-se ter em mente portanto que há uma dimensão ulterior a diferenciar alguns dos políticos cujas imagens parecem relativamente próximas na Figura 1.

Figura 1
Representação das avaliações do eleitorado num espaço tridimensional



O plano de fundo é o que passa pelos pontos AOB; a base, por BOC, e o plano lateral esquerdo, por AOC. Uma possível interpretação consideraria o espaço interno aos três planos (as linhas verticais contínuas indicam os políticos que a ele pertencem) como a imagem do “sistema”, correspondendo os eixos principais às margens do mesmo. Assim, à margem (indicados pelas linhas verticais descontínuas) ficariam: à esquerda, os “inimigos de 1964” Brizola, Arraes, Goulart e Lacerda; por trás do plano de fundo, os “anti-nacional-reformistas” Castelo Branco e Figueiredo (a inclusão deste último pode decorrer de um relativo desconhecimento a seu respeito à época da pesquisa); e, por baixo, apenas o “anti-liberal” Getúlio Vargas⁹.

Sub-espacos do espaco geral

O corte da amostra em diferentes subgrupos segundo critérios relevantes produziu algumas diferenças na avaliação média, como pode ser visto na Tabela 4.¹⁰

A penúltima linha da Tabela 4, médias gerais, indica o cuidado que se deve tomar ao comparar médias obtidas por políticos em diferentes cortes. Como regra geral, o grupo acima de 37 anos, os que declararam intenção de votar na Arena e os grupos que ocupam posição mais baixa na estrutura social tendem a dar mais notas altas que seus complementos. Para os objetivos deste trabalho é suficiente

⁹ O prosseguimento da análise em sua segunda fase – de atribuição aos indivíduos de scores nos fatores – permitiria colocar, no mesmo espaço tetradimensional de avaliação, os avaliadores. Isso permitiria a análise da distribuição das “diferentes lógicas” referidas no texto (e de sua complexidade) no eleitorado de Campinas. Retomando a representação gráfica da Figura 1, seria possível imaginar os eleitores distribuídos naquele espaço tridimensional, definindo sua posição por $P_i(a, b, c)$, posição do indivíduo i , definida por seus scores nos fatores III, I e II, respectivamente. Essa posição determinaria as distâncias relativas entre os políticos–objetos–da–avaliação e permitiria quase qualquer configuração. $P_i(o, o, o)$ identificaria o indivíduo colocado na origem das coordenadas e, considerando P como equivalente à nota 10, apresentaria aproximadamente a seguinte configuração; OQ (8,9), JQ (7,7), EB (7,5), FA (7,2), GV (7,1), JK (7,0), AB (6,8), LP (6,4), MP (5,7), AA (5,4), JG (5,3), CL (5,2), CP (5,1), LN, PE (4,7), GM (4,4), CB, EG (4), CS (3,9), MA (3,6), JF (2,9), LB (2,7).

¹⁰ Os chamados “cortes relevantes” são quase auto–explicativos. O corte na idade ficou um pouco estranho porque, tendo adotado intervalos de quatro anos na codificação da variável, se cortasse aos 32 anos, incluiria na categoria mais velha indivíduos que ainda não tinham votado nas últimas eleições do período pré–64, isto é, as de 1962 e o plebiscito de 1963. Na variável educação, o grupo “universitário” inclui todos os indivíduos que concluíram, cursaram sem concluir ou ainda cursam universidade. Os níveis de informação política se referem a um índice composto com base em erros (0) e acertos (1) na identificação dos seguintes objetos políticos: nome do presidente da República, dos partidos existentes, do governador de São Paulo e do prefeito de Campinas; identificação de Luís Inácio da Silva, o Lula, e dos generais João Batista de Figueiredo e Euler Bentes Monteiro. Foram considerados pouco informados os indivíduos que erraram três ou mais respostas; informados os que erraram duas vezes ou menos e bem informados os que não erraram mais de uma vez. A variável intenção de voto não requer comentário.

comparar os diferentes ordenamentos obtidos entre os políticos segundo os diversos cortes com o ordenamento (médio, porque da amostra como um todo) apresentado na Tabela 2. (ver Tabela 6 no final do texto).

Resumindo

Idade. O grupo acima de 37 anos (aqueles que em 1964 tinham 23 anos ou mais), mantém basicamente o mesmo ordenamento da Tabela 2. No grupo mais jovem, Jânio Quadros sobe do 14º para o 8º lugar, enquanto Figueiredo cai do 10º para o 19º.

Posição na estrutura social. A posição relativa de Orestes Quércia melhora em todos os grupos que indicam posição mais baixa na estrutura social (até 4 salários mínimos, com educação primária, com baixo nível de informação política) e piora em todos os que indicam posição mais alta (treze salários mínimos ou mais, curso universitário e alto nível de informação política). A posição de Ademar de Barros melhora nos grupos até 4 salários mínimos e com baixo nível de informação. A de Figueiredo melhora no grupo até 4 salários mínimos e, juntamente com a de Paulo Egídio, piora em todos os que indicam posição mais alta na estrutura social. Castelo Branco, Jânio Quadros, Carvalho Pinto, Magalhães Pinto e Carlos Lacerda representam a tendência oposta, caindo nos grupos de posição mais baixa e melhorando nos de posição mais alta. Interessante observar que, embora em níveis inferiores aos adotados como critério, Getúlio Vargas só deixa de obter as médias mais altas nos grupos de mais alta posição. Chega a cair para terceiro lugar nos grupos com 13 salários mínimos ou mais e com curso universitário. Finalmente, Geisel e Médici pioram de posição no grupo politicamente melhor informado.

Intenção de voto. No grupo que declarou intenção de votar na Arena, melhoraram as posições relativas de J. B. Figueiredo e Ademar de Barros e pioraram as de Getúlio Vargas e Orestes Quércia. No grupo que declarou intenção de votar no MDB, inverte-se relativamente a Figueiredo e Quércia.

Praticamente todas essas mudanças vão na direção das relações esperáveis entre as variáveis idade, posição na estrutura social e preferência partidária, de um lado, e atitudes em relação ao que os diferentes políticos representam, de outro. A próxima, e última questão a ser formulada neste trabalho diz respeito ao que acontece com o espaço imaginário de avaliação quando a amostra é partida segundo esses critérios.

Tabela 4
Avaliação dos políticos segundo cortes da amostra (Médias)

	Idade		Renda (1)				Educação (2)			Informação (3)			Int. de Voto	
	Até 37 anos	Mais de 37 anos	Até 4 S.M.	Até 7 S.M.	Mais de 7 S.M.	Mais de 13 S.M.	Até o Prim.	Mais que Prim.	Univer-sitário	Pouco Inform.	Bem Inform.	Muito Inform.	Arena	MDB
GV	7,6	8,7	9,2	9,0	7,6	7,2	9,0	7,4	6,4	8,5	7,9	6,6	8,4	8,0
JK	7,6	8,1	8,0	8,2	7,6	7,8	8,1	7,6	7,3	7,9	7,8	7,5	8,0	8,0
EG	6,9	7,7	8,0	7,8	7,0	6,9	8,1	6,5	6,0	7,8	6,9	5,2	8,7	6,8
GM	6,9	7,5	8,0	7,6	6,9	6,9	8,0	6,5	5,7	7,8	6,8	4,7	8,6	7,0
CB	6,4	7,0	6,5	6,8	6,6	7,5	6,6	6,8	6,8	6,4	6,9	6,5	7,8	6,5
LN	6,3	6,9	7,4	7,4	6,1	5,7	7,4	5,9	5,4	7,1	6,3	5,0	7,3	6,5
PE	6,3	6,9	7,6	7,5	6,0	5,6	7,5	5,9	4,7	7,6	6,0	4,9	7,6	6,3
CP	6,0	7,0	6,5	6,9	6,3	6,4	7,0	6,1	5,7	6,5	6,5	6,2	7,4	6,3
CS	5,9	6,8	7,0	6,9	6,0	6,0	7,0	5,8	5,4	6,6	6,2	4,9	7,3	6,1
JF	5,4	7,3	7,7	7,1	5,7	4,6	7,3	5,3	3,5	7,2	5,6	3,8	7,8	5,6
OQ	6,1	6,5	7,8	7,5	5,5	4,6	7,6	5,1	3,7	7,5	5,4	4,0	5,9	6,5
FA	5,8	6,8	7,0	6,9	5,8	5,5	6,8	5,7	5,3	6,9	5,7	5,5	6,0	6,2
LP	5,6	6,5	7,1	6,9	5,5	5,2	6,9	5,3	4,9	6,8	5,5	4,6	6,9	5,8
JQ	6,2	5,7	6,3	6,1	5,8	6,0	6,3	5,6	5,6	6,0	5,9	5,9	6,1	6,0
EB	5,7	6,1	6,5	6,6	5,5	5,2	6,3	5,6	5,3	6,1	5,7	5,5	5,6	5,9
AB	5,7	6,0	6,6	6,4	5,4	5,1	6,2	5,5	4,4	6,7	5,2	4,0	6,5	5,8
MP	5,5	6,1	6,2	6,3	5,5	5,9	6,3	5,4	5,1	6,5	5,4	5,1	5,9	5,9
CL	5,5	5,2	5,9	5,6	5,2	6,3	4,8	5,7	6,2	5,6	5,2	6,1	5,5	5,4
AA	5,5	5,0	5,9	5,7	4,9	5,0	5,6	4,9	4,4	5,6	4,8	4,5	4,6	5,6
MA	5,0	4,1	6,1	5,1	4,2	4,2	5,5	4,0	4,3	5,8	3,7	3,5	3,6	5,0
JG	4,5	4,2	5,8	5,4	3,7	3,8	4,8	4,0	3,1	4,9	4,0	3,6	3,5	4,9
LB	4,4	2,8	4,6	4,1	3,2	2,4	4,0	3,2	3,1	4,5	3,0	2,6	2,3	4,3
Média	5,9	6,3	6,9	6,7	5,7	5,6	6,7	5,6	5,1	6,6	5,7	5,0	6,4	6,1

(1) A primeira e a última categorias são subgrupos, respectivamente, da segunda e da terceira.

(2) A última categoria e subgrupo da segunda.

(3) Idem à anterior.

Configurações espaciais

Contrariamente às expectativas iniciais, só em quatro dos doze casos houve mudança – entendida no sentido de alteração no significado de uma ou mais dessas dimensões e não de alteração no número de dimensões relevantes mas – na estrutura do espaço geral da avaliação. As duas primeiras dimensões, em sentido lato “pró” e “anti-64”, permanecem constantes, embora com composição ligeiramente diferente, em todos os casos. O fator “liberalismo” deixa de aparecer em quatro casos e o fator “local” em seis.

A estrutura do espaço se mantém basicamente inalterada para alguns dos grupos construídos: os grupos de idade, os grupos com renda familiar até sete e de mais de sete salários mínimos, os grupos até educação primária e com educação mais que primária e os que apresentam baixo nível de informação política. Tampouco se altera para o grupo com instrução universitária. A estrutura se altera para o grupo bem informado. Altera-se também para os grupos mais homogêneos: o grupo com renda familiar mensal igual ou superior a treze salários mínimos, o grupo com alto nível de informação política e os que declararam intenção de votar no MDB.

A fim de evitar uma tediosa reiteração de resultados extremamente semelhantes, escolhi apresentar os dados básicos da análise na forma sintética da Tabela 5. Apresentarei em seguida a análise do subgrupo com alto nível de informação política, um daqueles a que corresponde uma estrutura diferente do espaço imaginário de avaliação.

Dado o número muito grande de observações relevantes que se podem fazer a partir dessa tabela, convém apresentá-las de modo destacado.

1. Em poucos casos a adição de políticos às dimensões iniciais tem maiores implicações, principalmente porque essas adições geralmente ocorrem na coluna de “projeções mais fracas”. As adições que merecem comentário são as seguintes: a) a adição de Ademar de Barros ao fator “pró-64” no grupo mais jovem, possivelmente deriva de falta de informação sobre o passado de AB; b) as adições de Carvalho Pinto e Magalhães Pinto ao mesmo fator pelos grupos de maior renda mensal e de mais baixo nível de instrução correspondem à ausência do fator “liberalismo” para aqueles grupos; c) a adição de Ademar de Barros ao fator “anti-64” pelo grupo de maior renda mensal sugere mais a identificação do “anti-64” com termos como “populismo” ou “corrupção”, do que com categorias ideológicas; d) a adição de Carlos Lacerda ao fator “anti-64” pelos grupos de mais baixos níveis de instrução e de informação indicam memória limitada ao final da carreira política de CL; e) a adição de Euler Bentes Monteiro ao fator “liberalismo” pelos grupos mais jovens, menos informado e com preferência pelo MDB sugere uma avaliação de EBM em função de sua posição nominal como “candidato oposicionista”; f) isso é

compatível com a adição de EBM ao fator “local” pelo grupo acima de 37 anos, dado o apoio, perceptível a nível local, de Orestes Quércia àquela candidatura.

2. O fator “liberalismo” não aparece em quatro casos: o grupo com renda de treze salários mínimos ou mais, o grupo com instrução até primário completo e os dois grupos bem informados. Em todos os casos, os componentes dessa dimensão se distribuem pelos fatores “pró” e “anti-64”, indicando uma ênfase diferenciada no momento político ao qual a avaliação se refere, o momento de apoio dos liberais ao movimento de 64 ou seu posterior rompimento.

3. O fator “local” deixa de existir como dimensão independente de avaliação entre os mais jovens, nos grupos com mais alta posição social e entre os mais bem informados. Seus componentes se distribuem entre os fatores “pró” e “anti-64”.

4. Em três dos quatro casos em que aparece uma estrutura de avaliação diferente, essa diferença se dá na oposição entre Getúlio Vargas e Carlos Lacerda.

5. Em um desses casos, o do grupo com renda mensal acima de treze salários mínimos, aparece ainda uma dimensão que separa Vargas e Kubitschek (juntamente com Almino Afonso) do restante dos políticos avaliados.

6. Em um único caso, o dos que declararam intenção de votar no MDB, a mudança na estrutura da avaliação não produz a oposição Vargas-Lacerda, mas uma dimensão que, dependendo de estudos posteriores, poderia ser denominada de “diferentes influências sobre o MDB local”.

7. A estrutura de avaliação envolve uma contradição, representada por “projeções” com sinal algébrico contrário, em quatro casos, todos eles nos grupos que apresentam altos níveis de informação. Dois desses casos dizem respeito à oposição Getúlio Vargas/Carlos Lacerda. Os dois outros dizem respeito à oposição anti-64/Castelo Branco.

Tabela 5
Configurações espaciais de diferentes subgrupos da amostra

	Nº de Fatores	Fator I "pro"		Fator II "anti"		Fator III "liberal"		Fator IV "local"		Outros Fatores
		a*	b*	a*	b*	a*	b*	a*	b*	
Total da Amostra	4	CS GM EG PE JF	CB LN AA LP	JG AA LB MA		CL MP	CB CP LN	OQ	AB FA	
Até 37 anos	3	CS GM EG (AB) PE JF	LN (OQ)** LP	JG LB MA		CL (EB)	CP MP			
Mais de 37 anos	4	CS GM EG PE JF	CB LN	JG AA LB MA		CB CL MP	CP (EB) OQ FA			
Até 7 S.M.	4	CS GM EG PE AA JF LP	(JK) CB LN	JG AA LB MA (EB)	(JQ)	(MA) CL MP	LN	OQ FA		
Mais de 7 S.M.	3	CS GM EG PE JF	(AB) LN (OQ)	JG LB MA	AA	CP CL MP	LN			
Mais de 13 S.M.	4	CS GM EG (CP) LN PE (MP) JF LP	(AB) (OQ) (FA)	JG (AB) LB MA	(JQ) (OQ)				(JK)(GV) (AA) (GV)(GL) (EB)	
Até Primário Completo	3	CB CS GM EG (CP) LN PE JF	(JK) AA LP	LB MA (CL) (MP)	JG (LN) AA			OQ FA		

Mais de Primário	4	CB CS GM EG PE JF	AA LP	JG LB MA	CP CL MP	(PE) (JF) OQ	AB FA (JG) FA
Universitário	3	CS GM EG LN PE JF LP	CB (AB) (FA)	JG LB MA	(JQ) CP CL MP		
Pouco Informados	3	CB CS GM EG PE AA	(JK) JF LP	JG AA LB MA (CL)	(MP) CP MP (EB)	(AB) LN CL	OQ FA
Muito Informados	3	CB CS GM EG LN PE JF	(AB) (CP) (FA) LP	JG LB MA	(CB)*** (OQ)		(GV) (CL)***
Arenistas	3	CS GM EG LN PE AA JF	CB (AB) (CP)	JG CB*** LB MA			(GV) (CL)*** (PE) (AA)
Emedebistas	4	CS GM EG PE JF LP	CB AA	AA LB MA	JG (EB)	CP LN	(GV) (JG) (AB) (OQ)

* A coluna encabeçada por "a" se refere às "Projeções" superiores a .50; a encabeçada por "b" às "Projeções" entre .40 e .50

** Os valores entre parênteses representam adições à configuração da amostra como um todo.

*** "Projeções" com sinal algébrico contrário aos demais.

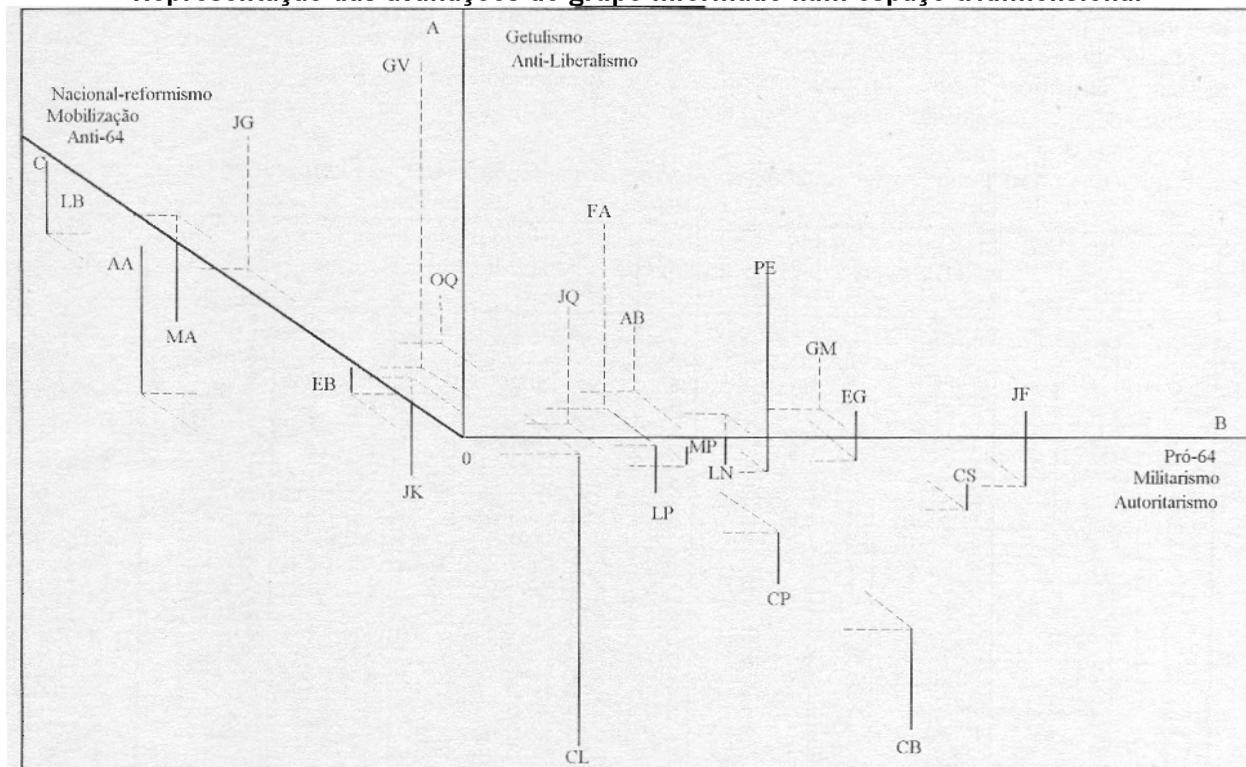
A avaliação do grupo mais informado

A representação gráfica será utilizada novamente como recurso analítico. A Figura 2, a seguir, a exemplo da Figura 1, representa em duas dimensões a solução tridimensional relativa ao grupo com maior nível de informação política. O espaço é definido pelos eixos OA (Fator III), OB (Fator I) e OC (Fator II).

Houve uma inversão na perspectiva, relativamente à Figura 1. De tal modo que o plano de frente é definido pelo ângulo AOB; a base pelo ângulo BOC e plano lateral esquerdo, pelo ângulo AOC. Metade dos políticos-objetos de avaliação estão situados no espaço externo às três dimensões da análise, o que decorre do número relativamente alto de “projeções” com sinais contrários. Neste caso, os políticos com todas as “projeções” positivas são representados por linhas descontínuas. Esse espaço interno seria interpretável como a combinação de “getulismo” com posições moderadas (i. e. não contraditórias) na oposição pró *versus* anti-64. O espaço superior ao plano-base corresponde ao campo do “getulismo”, que poderia ser compreendido até certo ponto com um “anti-liberalismo”, e o inferior ao “lacerdismo”. O espaço à frente do plano de frente corresponderia ao campo “anti-nacional-reformista” e o espaço à esquerda do plano lateral esquerdo, ao campo de oposição ao movimento de 1964.

É interessante notar: a) a posição relativa de Miguel Arraes, que parece definida tanto por sua posição “nacional-reformista” como por sua posição “anti-getulista”, ou, qualificando melhor, “anti-Jango e Brizola”; b) a posição relativa dos presidentes militares, onde apenas Castelo Branco pertence ao espaço “anti-getulista”, sendo também aquele que se encontra mais distante do “nacional-reformismo”; c) a posição relativa dos políticos arenistas, entre os quais apenas Paulo Egídio – governador à época das eleições – pertence ao espaço “getulista”.

Figura 2
Representação das avaliações do grupo informado num espaço tridimensional



Conclusões

A possibilidade de interpretação em que estas conclusões se apóiam decorre de um conjunto de informações difundidas amplamente pelos meios de comunicação de massa ao longo dos 20 anos que antecederam à pesquisa, informações essas compartilhadas entre o analista e os entrevistados.

Minhas interpretações certamente não implicam em que os entrevistados tivessem consciência dessas dimensões de avaliação. Elas supõem tão somente que aquelas informações, em estado latente, determinaram as distâncias relativas entre os políticos-objetos-da-avaliação, as quais, por sua vez, permitem a análise dimensional.

A partir dessa informação compartilhada é possível concluir pelo nível relativamente alto de informação política do eleitorado campineiro, em pelo menos três sentidos: nos termos das freqüências na avaliação dos 22 políticos, nos termos das questões que compõem o índice de informação e nos termos da estrutura do espaço de avaliação.

Em termos gerais:

1. Quanto ao nível do mais alto cargo político ocupado, se este afeta o conhecimento sobre os políticos, não afeta o espaço de avaliação, pois não há fator privativo de qualquer dos níveis.

2. Há uma clara diferenciação, para todos os grupos analisados, entre as dimensões pró e anti-64, o que confirma, ao nível das percepções do eleitorado, a importância do corte de 64 e, até certo ponto, o alto grau de informação política do eleitorado. Dados os baixos índices de exposição aos meios de comunicação de massa do eleitorado campineiro, seria interessante conhecer melhor como essa informação passa a ser compartilhada.

3. Essa capacidade de distinguir é ainda mais refinada, na medida em que o fator “liberalismo” acompanha algumas das distinções correntes na análise política. Isso é particularmente visível nos “movimentos” na posição de Castelo Branco nos diferentes cortes da amostra.

Os grupos politicamente mais informados, assim como seu correlato, o grupo com mais alta renda mensal, são diferentes do restante da amostra em dois aspectos.

4. A dimensão “liberalismo” é substituída por uma dimensão histórica da oposição entre Getúlio Vargas e Carlos Lacerda. A não inclusão dos demais políticos “liberais” no campo “lacerdista” dessa dimensão possivelmente decorre da atuação mobilizadora de Lacerda que, ao mesmo tempo que o tornou principal adversário de Vargas, claramente o distinguiu do restante da UDN.

5. A ausência de um fator “local” entre esses mesmos grupos pode ser interpretada como maior “ideologização” dos mesmos, no sentido de que utilizam as mesmas dimensões para avaliar políticos, independente de seu campo de atuação. Em outra vertente, essa ausência de dimensão local poderia ser interpretada como maior atenção à política nacional, dado que em todos os casos as “projeções” dos políticos locais são muito mais fracas.

Tabela 6
Posições de ordem na amostra e segundo cortes significativos

	Total	Até 37 anos	Mais de 37 anos	Até 4 S. M.	4 a 7 S. M.	7 a 13 S. M.	Mais de 13 S. M.	Até prim.	Mais de prim.	Universitário	Pouco inf.	Inf.	Muito inf.	Arénistas	Emedebistas	Mudanças
GV	1	1	1	1	1	1	3	1	2	3	1	1	2	3	1	
JK	2	1	2	2	2	1	1	2	1	1	2	2	1	4	1	
EG	3	3	3	2	3	3	4	2	4	5	3	3	<u>9</u>	1	4	(1)
GM	4	3	4	2	4	4	4	4	4	6	3	5	<u>14</u>	2	3	(1)
CB	5	5	6	<u>13</u>	<u>13</u>	5	2	<u>13</u>	3	2	<u>15</u>	3	3	5	5	(4)
LN	6	6	8	8	7	7	<u>11</u>	7	7	9	8	7	<u>11</u>	9	5	(2)
PE	6	6	8	7	5	8	<u>12</u>	6	7	<u>15</u>	5	9	<u>12</u>	7	8	(3)
CP	8	10	6	<u>13</u>	9	6	6	9	6	6	<u>13</u>	6	<u>4</u>	8	8	(3)
CS	9	11	10	10	9	8	8	9	9	9	12	8	12	9	11	-
JF	10	<u>19</u>	<u>5</u>	<u>6</u>	8	12	<u>18</u>	8	<u>16</u>	<u>20</u>	7	13	<u>19</u>	5	<u>17</u>	(9)
OQ	10	9	12	<u>5</u>	<u>5</u>	13	<u>18</u>	5	<u>18</u>	<u>19</u>	6	15	<u>17</u>	<u>15</u>	<u>5</u>	(11)
FA	12	12	10	10	9	10	13	12	10	11	9	11	7	14	10	(1)
LG	13	15	12	<u>9</u>	<u>9</u>	13	14	11	16	14	10	14	15	11	15	(2)
JQ	14	8	17	16	17	<u>10</u>	<u>8</u>	14	12	<u>8</u>	17	<u>10</u>	<u>6</u>	13	12	(6)
EBM	14	13	14	13	14	13	14	14	12	11	16	11	<u>7</u>	17	13	(1)
AB	16	13	16	<u>12</u>	15	17	16	17	14	16	<u>11</u>	17	17	<u>12</u>	15	(3)
MP	16	16	14	17	16	13	<u>10</u>	14	15	13	13	15	<u>10</u>	15	13	(2)
CL	18	16	18	19	19	18	<u>7</u>	20	<u>10</u>	<u>4</u>	19	17	<u>5</u>	18	19	(4)
AA	19	16	19	19	18	19	17	18	19	16	19	19	16	19	17	-
MA	20	20	21	18	21	20	20	19	20	18	18	21	21	20	20	-
JG	21	21	20	21	20	21	21	20	20	21	21	20	20	21	21	-
LB	22	22	22	22	22	22	22	22	22	21	22	22	22	22	22	-
Mud.	-	2	1	6	3	1	7	2	3	5	4	2	12	3	2	-

Dado o caráter aproximativo desta análise, decidi apenas considerar a mudança de mais de três posições entre o ordenamento da Tabela 4 e o da Tabela 2.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DEBERT, G. G. *Ideologia e Populismo*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1979.

HARMAN, H. *Modern factor analysis*. Chicago: Chicago University Press, 1960.

MARQUES, R. M.; BERQUÓ, E. *Seleção da unidade de informação em estudos de tipo "survey": Um método para a construção das tabelas de sorteio*. Campinas: Departamento de Estatística IMECC- UNICAMP, 1975. Mimeo.

SCHWARTZMAN, S. *São Paulo e o Estado Nacional*. São Paulo: Difel, 1975.

WEFFORT, F. C.. Raízes sociais do populismo em São Paulo. *Revista Civilização Brasileira*, v. 2, 1965;

_____. Estado e massas no Brasil. *Revista Civilização Brasileira*, v. 7, 1966.

_____. *O populismo na política brasileira*. Rio: Paz e Terra, 1978.